



UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS PORTUGUESES

SÉRIE 4 - N.º 150
OUT./DEZ 2016 TRIMENSÁRIO - € 0,20

PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS PORTUGUESES

www.URAP.pt

geral@urap.pt

EDITORIAL

ACTUALIDADE E EXIGÊNCIA DA LUTA CONTRA A GUERRA E O FASCISMO

No último trimestre de 2016, a par de preocupantes desenvolvimentos da complexa situação internacional, registaram-se importantes momentos de convergência na luta pela paz e em defesa da democracia, da liberdade e contra a guerra, o militarismo e a emergência de forças de extrema-direita, fascistas e neo-fascistas.

A 27 de Outubro, as Nações Unidas adoptaram uma resolução para que se inicie em Março de 2017 o processo de negociação de um “instrumento juridicamente vinculativo para proibir as armas nucleares, conduzindo à sua total eliminação”, aprovada com 16 abstenções e 38 contra (os 9 estados que possuem armas nucleares e 29 países europeus, entre os quais Portugal).

Outra resolução, apresentada pela Rússia a 13 de Novembro, condenando a “glorificação do nazismo, neonazismo e outras práticas que contribuem para alimentar formas contemporâneas de racismo, xenofobia e intolerância relacionadas” foi aprovada com os votos contra dos EUA e Ucrânia e as abstenções de 48 países, a maioria dos quais europeus, Portugal incluído.

De registar, nestas duas votações, a posição subserviente de Portugal, articulada com os interesses da União Europeia, EUA e NATO, pervertendo a missão e objectivos da ONU. Aliás, o Governo português continua sem reconhecer o Estado da Palestina, não dando cumprimento à resolução aprovada, a 12 de Dezembro de 2014, na Assembleia da República.

Particularmente preocupantes são os sucessivos atentados aos direitos humanos e as restrições à liberdade na Turquia. Enquanto decorria (11 a 13 de Novembro), na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a Conferência Internacional “Liberdade, Justiça e Paz – pela promoção dos Direitos Humanos”, na Turquia as forças policiais invadiram as sedes da Associação dos Juristas Progressistas (AJP),

apreenderam os seus arquivos e suspenderam a sua actividade. O presidente da AJP e outros juristas turcos que participaram na conferência de Lisboa foram detidos ao regressar ao país.

Outro exemplo da deriva antidemocrática, no que se refere à liberdade de expressão e de imprensa, foi o relatório aprovado no Parlamento Europeu, a 23 de Novembro, sobre os media russos internacionais, colocando-os em pé de igualdade com a propaganda terrorista do auto-designado estado islâmico e apelando aos estados-membros para cooperarem com a NATO para que impeçam a propaganda russa e para que Bruxelas destine os meios apropriados para esse efeito, num claro incitamento ao boicote. A russofobia está também patente no relatório apresentado no Parlamento Europeu, a 1 de Dezembro, que defende o aumento das despesas militares, uma política comum de armamento e a criação de um exército europeu.

Entretanto, é de salientar o resultado das eleições presidenciais na Áustria, a 4 de Dezembro, em que saiu derrotado o candidato da extrema-direita. No mesmo dia, em Itália, no referendo à alteração constitucional, foi derrotada a manobra anti-democrática do Governo que visava a centralização do poder político e a perversão do sistema eleitoral.

No plano nacional, deve assinalar-se, em 8 de Novembro, a detenção pela Polícia Judiciária de 20 skinheads, o que é revelador do seu grau de organização e do aumento da actividade da extrema-direita, no nosso País, referido no Relatório Anual de Segurança Interna de 2015.

Uma importante vitória de todos os democratas e antifascistas, para a qual a URAP deu forte contributo, foi a retirada da Fortaleza de Peniche da lista dos 30 edifícios que o Governo pretendia concessionar a privados.

A preservação da memória histórica da resistência e da luta contra o fascismo são objectivos que se articulam com a actualidade da luta contra a guerra, o fascismo, o racismo e a xenofobia, ou seja, a luta por um “novo mundo de paz e de liberdade”, afinal a melhor forma das gerações presentes honrarem o legado dos que resistiram ao fascismo e combateram pela liberdade, paz e democracia.

José Manuel Vargas

VITÓRIA DA RAZÃO E DA LUTA - págs. 5 a 8

Na sequência da luta travada por muitos democratas e antifascistas, o Governo retirou o forte de Peniche da lista de imóveis a privatizar e compromete-se a investir na sua salvaguarda.

URAP NO CONGRESSO DA FIR - págs. 10 e 11

FIDEL CASTRO (1926-2016) - pág. 4

ESTUDAR E DIVULGAR A LUTA ANTIFASCISTA URAP E BARREIRO ASSINAM PROTOCOLO

A URAP e a Câmara Municipal do Barreiro assinaram, no dia 19 de Novembro, um protocolo de colaboração que visa prosseguir o estudo sobre as lutas de resistência no Barreiro e a sua divulgação. Numa cerimónia que decorreu naquela cidade, no Espaço Memória, José Pedro Soares, do Conselho Directivo da URAP, e Carlos Humberto de Carvalho, presidente da Câmara Municipal do Barreiro, rubricaram o documento.

O evento ocorreu no final da apresentação do catálogo da exposição *O Regresso das Bandeiras*, que assinala os 80 anos da Jornada de Agitação e Luta de Fevereiro de 1935, momento emblemático da luta contra o fascismo e da ousadia e coragem do povo barreirense.

Usaram da palavra José Pedro Soares e Carlos Humberto de Carvalho, convergindo nas ideias da actualidade da divulgação e valorização da resistência antifascista, num tempo de tentativas de rescrita da História e de desvalorização e apagamento dos que empunharam as bandeiras de luta pela liberdade e pela democracia.



NÚCLEO DE SANTA IRIA DE AZÓIA

No dia 5 de Novembro, o núcleo da URAP de Santa Iria de Azóia realizou a sua 19.ª visita guiada, desta feita ao Barreiro e à exposição *O Regresso das Bandeiras*. Os 22 participantes foram recebidos pelo presidente da autarquia.



preso político. O livro é baseado no programa homónimo da Antena 1 e consta de entrevistas com antigos presos, que relatam as torturas e violências que sofreram quando estavam sob alçada da PIDE, mas também a coragem que sempre revelaram.



O grupo da URAP deslocou-se também, sempre acompanhado por uma guia, à chaminé, na actual Rua da Bandeira, junto ao Largo de Coimbra, e às colectividades Os Penicheiros, Luso e Cine-Clube. O núcleo visitou ainda locais presentes na *Rota da Resistência*, que nos transportam para os episódios onde foram travadas lutas por melhores direitos laborais e sociais, e contra a repressão, resultando em mais de 400 presos políticos, só no Barreiro.

A 9 de Outubro, com a participação de 54 sócios e amigos, o núcleo da URAP de Santa Iria de Azóia organizou uma ida colectiva ao teatro para assistir à interpretação de *O Feio*, do alemão Marius von Mayenburg, levado à cena pela Companhia de Teatro de Almada. Esta iniciativa, integrada nos passeios culturais que o núcleo organiza regularmente, visou proporcionar o acesso a uma peça teatral na qual se espelham as tensões e contradições entre o indivíduo e a sociedade.

Mais recentemente, a 27 de Novembro, o mesmo núcleo promoveu uma sessão que teve como base o livro *O Limite da Dor*, de Ana Aranha e Carlos Ademar, com a presença dos autores, de um representante da editora, do membro do núcleo Luís Figueiredo e de Domingos Abrantes, antigo

HOMENAGEM AOS

Ex-presos políticos residentes nos concelhos da Amadora e Sintra foram homenageados pela URAP no dia 19 de Novembro, no restaurante dos Bombeiros Voluntários da Amadora. Na ocasião, o membro do Conselho Directivo da URAP, José Pedro Soares, saudou todos quantos, nas masmorras do fascismo, lutaram pela liberdade, pela paz, pelo fim do fascismo e apelou a todos para que continuem a lutar agora,



depois de Abril, pela construção de um Portugal mais justo e democrático.

O almoço-convívio contou com a participação de cerca de 70 pessoas e nele intervieram também Bruno Carvalho, que apresentou a iniciativa, e João Cravo, responsável do núcleo da Amadora. Entre os homenageados encontravam-se resistentes que se destacaram na grande greve dos operários de Montelavar e Pero Pinheiro, de 1965, em lutas travadas em muitas empresas, como a Sorefame e a Cometna, e no movimento democrático que concorreu às eleições fascistas de 1969 e 1973. Estavam presentes, entre outros, Adelino Pereira da Silva, António Abreu, António Santos, José Baião, Encarnação Raminhos, Faustina



URAP
Propriedade e edição
da **União de Resistentes
Antifascistas Portugueses**
Membro da Federação Internacional
de Resistentes

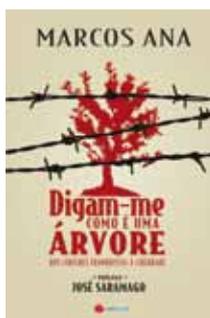
Directora **Ana Pato**
Paginação e Grafismo **Sónia Semião**

Redacção e Administração
Rua Bernardo Lima, 23 - 1.º Esq.
1150-075 Lisboa • Telefone 213 576 083

FALECEU AOS 96 ANOS MARCOS ANA, REVOLUCIONÁRIO E POETA

O revolucionário e poeta Marcos Ana (Fernando Macarro Castillo), o prisioneiro que mais tempo seguido passou nos cárceres franquistas, 23 anos, morreu no dia 24 de Novembro, em Madrid, aos 96 anos. Marcos Ana foi durante três décadas vice-presidente da Federação Internacional de Resistentes (FIR), mantendo uma relação muito próxima com a URAP.

Nascido numa família pobre perto de Salamanca, aderiu aos 15 anos às Juventudes Socialistas Unificadas e, depois, ao Partido Comunista. Lutou do lado republicano, durante a guerra civil espanhola. Quando esta terminou, em 1939, foi preso juntamente com milhares de democratas e condenado à morte, pena que veio a ser comutada. Permaneceu encarcerado durante 23 anos ininterruptos, entrou aos 19 anos e saiu com 42. Escreveu na prisão um grande número de poemas



que atravessaram as paredes e espalharam o seu nome pelo mundo, contribuindo para desencadear uma campanha de solidariedade em seu favor. Foi um dos primeiros presos políticos espanhóis defendidos pela Amnistia Internacional.

Ao ser libertado, em 1961, percorreu a Europa e grande parte da América, sendo recebido em parlamentos, universidades e centenas de concentrações populares, promovendo e organizando a solidariedade com os presos políticos. Marcos Ana escreveu na prisão os livros *Poemas de prisão* e *Saudades do muro*, *Digam-me como é uma Árvore*, autobiográfico, em 2007, e *Vale a pena Lutar*, em 2013. Ao ler o livro *Digam-me como é uma Árvore*, o cineasta Pedro Almodóvar quis converter a vida de Marcos Ana num filme e comprou os direitos desta obra.

ANTIFASCISTAS

Barradas, Firmino Martins, Isaura Moreira, José Carlos Almeida, Raul Carvalho, Veríssima Rodrigues e Vítor Dias. Não puderam estar presentes por razões de saúde Areosa Feio, Georgete Ferreira e Ruben de Carvalho.



O almoço acabou com poemas de resistência e luta ditos na voz de Manuel Diogo.

Nos dias 18 e 25 de Outubro, respectivamente, os núcleos da URAP de Algueirão/Mem-Martins e de Lisboa visitaram o Museu do Neo-realismo de Vila Franca de Xira, em 18 e 25 de Outubro, respectivamente, contando com a participação do director do Museu, António Pedro Pita, e do escritor Domingos Lobo.



MARIA EUGÉNIA VARELA GOMES

Faleceu a 20 de Novembro, aos 90 anos, Maria Eugénia Varela Gomes, uma das fundadoras da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (CNSPP). Em Janeiro de 1962, foi raptada e presa pela PIDE, na sequência do assalto ao quartel de Beja, no qual participou o seu marido, João Varela Gomes.

Foi mantida isolada desde 6 de Janeiro até meados de Abril. Nos interrogatórios, foi submetida a prolongada tortura do sono e enfrentou com coragem os seus torturadores.

Por falta de provas e de confissões, foi libertada antes do julgamento, após dois anos e meio de prisão sem culpa formada.

Nascida em Évora, em 1925, filha e neta de militares conservadores, teve educação católica. Assistente social, foi nessa qualidade que teve os primeiros contactos com o meio operário, que a conduziram à luta política. O combate à pobreza foi uma bandeira de Maria Eugénia Varela Gomes, que por ela conheceu os bairros mais miseráveis de Lisboa e o duro quotidiano dos seus moradores.

Participou ainda nas campanhas eleitorais de 1958, 62, 69 e 73 e na Revolta da Sé, em 1959, e foi membro da Frente Patriótica de Libertação Nacional. Após o 25 de Abril, recusou quaisquer indemnizações a que, por direito, lhe cabiam como perseguida política.



FIDEL CASTRO (1926-2016) UM LEGADO A HONRAR

Por uma daquelas inexplicáveis coincidências históricas, foi justamente no dia em que se assinalavam os 60 anos da partida de Fidel Castro do México, no iate Granma, para iniciar a luta de guerrilhas na Sierra Maestra, que nos deixou, fisicamente, esse revolucionário exemplar que dirigiu a heróica luta que viria a libertar Cuba da ditadura de Fulgêncio Baptista.



na erradicação da pobreza. Ao mesmo tempo que prosseguia as transformações revolucionárias, Cuba esteve sempre solidária com as lutas libertadoras em todos os continentes. Como disse Fidel: “Ser internacionalista é saldar a nossa própria dívida com a humanidade. Quem não é capaz de lutar pelos outros, nunca será suficientemente capaz de lutar por si próprio.”

Fidel Castro, apesar de ser procedente de uma família abastada, desde muito jovem adquiriu uma consciência social e política que o levou a tomar partido pelos mais desfavorecidos. Doutorado em Direito Civil, defendia gratuitamente os pobres nos tribunais. Em 1953, liderou um grupo de revolucionários no assalto ao Quartel Moncada contra a ditadura. O fracasso militar do ataque acabaria por se tornar num triunfo político, pois no julgamento que se seguiu Fidel fez da sua própria defesa um memorável libelo acusatório contra o regime.

Condenado a 15 anos de prisão, foi amnistiado em 1955 e exilou-se no México, onde organizou um destacamento revolucionário para continuar a luta, sendo constituído por 80 homens o contingente que embarcou no Granma a 25 de Outubro de 1956. Desse grupo faziam parte, entre outros, Camilo Cienfuegos, o seu irmão Raúl Castro e o médico argentino Ernesto “Che” Guevara. O destacamento sofreu numerosas baixas e chegou a estar reduzido a apenas 12 elementos. A Revolução triunfou nos primeiros dias de Janeiro de 1959.

A primeira grande medida para transformação do país foi a Reforma Agrária, com a expropriação das grandes fazendas e a distribuição de terras pelos camponeses pobres, seguindo-se a nacionalização dos bens das companhias norte-americanas, o que provocou represálias, quer o embargo económico decretado pelos EUA em 13 de Outubro de 1960, quer a tentativa de invasão da Baía dos Porcos, em 17 de Abril de 1961.

Proclamado o primeiro estado socialista do continente americano, em Cuba começou uma nova época de construção de uma sociedade liberta da opressão e da exploração imperialista, em que apesar do bloqueio económico imposto pelos EUA e que dura há 55 anos, foram possíveis enormes conquistas sociais e civilizacionais, sobretudo na educação, na saúde e

O exemplo de Fidel e de Cuba revolucionária inspiraram e animaram em Portugal a resistência antifascista e a luta pela liberdade, pois eram a prova concreta de que por mais cruéis que sejam as ditaduras, é possível derrotá-las através da luta organizada, apoiada nas massas populares.

Fidel e o governo de Cuba saudaram com entusiasmo a Revolução de Abril e, entre outras demonstrações de apreço pela nossa revolução, devemos destacar a condecoração, em 9 de Julho de 2003, do General Vasco Gonçalves, com uma das mais altas distinções da República de Cuba, a Ordem Playa Girón.

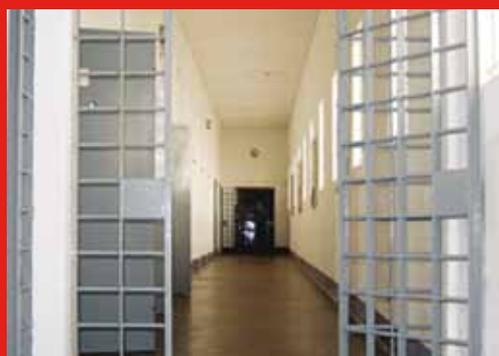


MOBILIZAÇÃO TRAVA CONCESSÃO DO FORTE DE PENICHE A PRIVADOS

A FORÇA DA RAZÃO E DA LUTA

Graças à luta dos democratas e antifascistas e de diversos movimentos sociais, entre os quais se inclui a URAP, o Forte de Peniche foi retirado da lista de 30 edifícios que o Governo pretende concessionar a privados, no âmbito do plano Revive. Se isto, por si só, constituía já uma importante vitória de todos quantos defendem a democracia e a memória da resistência antifascista, ela não foi a única: no Orçamento do Estado para 2017, ficou estipulado que o Governo deve elaborar um plano de intervenção urgente que detenha a degradação do complexo da Fortaleza de Peniche, nomeadamente das muralhas e dos edifícios da antiga prisão política de alta segurança do regime fascista.

Num comunicado emitido mal foi conhecida a decisão de retirada do Forte de Peniche do plano Revive, a URAP manifestou o seu «regozijo pela decisão do Governo em resposta à pronta indignação dos democratas portugueses, ao mesmo tempo que espera que sejam deslocadas verbas para devidamente reabilitar o actual museu».



ENCONTRO DE ANTIFASCISTAS EM PENICHE DEFENDER O FORTE E A MEMÓRIA



O encontro-convívio de ex-presos políticos, familiares e amigos realizou-se na tarde de 29 de Outubro. Seis centenas de pessoas, vindas de todo o país, foram ao Forte de Peniche dizer que estavam contra a concessão da fortaleza a privados, prevista pelo Governo num plano que abrangia perto de 30 imóveis históricos e contestada por vários sectores da sociedade. Juntaram-se no pátio do forte – onde se encontravam também outros antifascistas e democratas e até alguns visitantes ocasionais e turistas – e aprovaram, com emoção, algumas lágrimas e muitas palmas, o Apelo ao Governo em defesa da Fortaleza de Peniche símbolo da repressão e da luta contra o fascismo (ver caixa).

José Pedro Soares, antigo preso político, presidiu ao encontro e contestou veementemente a intenção tornada pública pelo Governo em concessionar a Fortaleza de Peniche a entidades privadas para fins turísticos. O orador lembrou que naquele preciso dia fazia 80 anos da abertura do campo de concentração do Tarrafal tendo tido como resposta um prolongado aplauso de homenagem aos que em Peniche, no Tarrafal e em outras prisões do fascismo resistiram e lutaram contra a opressão e a tirania.

Já Domingos Abrantes, o preso vivo com maior número de anos de detenção naquela antiga prisão, tornar o Forte de Peniche numa unidade hoteleira onde

os turistas vão ter vista para o Atlântico «é um insulto à memória» daqueles que aí estiveram detidos e que nem o mar conseguiam ver. O projecto de privatizar a Fortaleza de Peniche «deve ser considerado um atentado contra a própria democracia e a violação do dever de qualquer governo democrático de honrar a memória de todos aqueles que deram a própria vida para que o povo português pudesse ter liberdade», declarou.

Num testemunho emocionado – as intervenções foram intercaladas com poemas lidos pelo escritor e antifascista Domingos Lobo e por Manuel Diogo –, Eulália Miranda, filha do ex-preso Dinis Miranda, falou da sua experiência de criança, lembrando que percorria com a família «muitos quilómetros com grandes dificuldades financeiras» para visitar durante uma hora duas ou três vezes por ano o seu pai, após «horas de espera» à porta.

Depois de José Amador, que deu a visão dos habitantes da vila de Peniche, falou o Capitão Mar-e-Guerra Machado dos Santos, um dos militares que dirigiu as operações de libertação dos presos de Peniche no 25 de Abril, encarregado pela Junta de Salvação Nacional, que para além de contestar a decisão, recordou as dificuldades da libertação dos presos, devido à resistência ainda existente após a revolução, sendo que o primeiro saiu só à meia-noite do dia 27.



PONTO DE ENCONTRO DE DEMOCRATAS

Marília Villaverde Cabral, coordenadora da União de Resistentes Antifascistas Portugueses, organização que apoiou a iniciativa desde a origem, apelou para que o «Museu da Resistência não seja descaracterizado, mas, pelo contrário, com um maior investimento, seja mais valorizado». A URAP, acrescentou, «através do Protocolo com a Câmara de Peniche que dura há anos e que foi renovado no último 25 de Abril, numa cerimónia aqui, neste mesmo local, tem organizado visitas de estudantes e seus professores, a maior parte das vezes, acompanhados por vós, companheiros, que aqui estiveram presos», lembrou.

Depois de referir que a URAP «se juntou imediatamente à onda de protesto dos democratas, dos antifascistas, que não aceitam esta decisão», referiu que a Petição Pública «Forte de Peniche, Defesa da Memória, Resistência e Luta», que na altura em que foi entregue ao gabinete do primeiro-ministro e à Assembleia da República contava

com mais de 5000 assinaturas. A URAP, herdeira da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, «vai tudo fazer para que este forte, onde tanto se sofreu, possa ser um Museu que seja também ponto de encontro para todos aqueles jovens que procuram enriquecer as suas teses de mestrado e doutoramento, sobre a memória destes anos negros do fascismo. Jovens que, com o seu trabalho, não deixam que esta parte da História, com os seus heróis, seja esquecida», disse Marília Villaverde Cabral.

O actual museu, que os presentes querem ver ampliado e melhorado, foi criado no início da década de 80. Um dos três pavilhões do Forte passou a estar aberto ao público como museu municipal, onde foi reconstituído o ambiente como prisão política e se podem visitar parlatórios e celas individuais, como a que ocupou o antigo secretário-geral do PCP Álvaro Cunhal.



PETIÇÃO RECOLHEU MILHARES DE ASSINATURAS **FORTE DE PENICHE - DEFESA DA MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E LUTA**

«Os abaixo assinados democratas antifascistas, surpreendidos com as recentes notícias sobre a concessão do Forte de Peniche, empenhados na defesa da necessária preservação da memória e resistência ao fascismo e pelo respeito de milhares de portugueses que deram o melhor das suas vidas para que o povo português pudesse viver em liberdade, apelam ao Governo para que o Forte de Peniche permaneça património nacional, símbolo da repressão fascista e da luta pela liberdade.»



EXIGÊNCIAS DE FUTURO INVESTIR E VALORIZAR

Derrotada que está a concessão do Forte de Peniche a privados, para fins turísticos, os democratas e antifascistas têm perante si a missão de tudo fazer para que sejam cumpridos os compromissos assumidos pelo Governo quanto à intervenção no Forte (ver caixa) e à valorização da sua componente museológica. Desde o início da década de 80 que existe um museu no local, instalado num dos três pavilhões da antiga prisão, onde se reconstituiu o ambiente da prisão política e se pode visitar o parlatório e algumas celas individuais.

Nos últimos anos, por iniciativa da URAP, milhares de pessoas, e em particular jovens estudantes, visitaram o Forte, acompanhados por antigos presos políticos, que contavam a sua experiência de encarceramento, sofrimentos, luta e resistência. Ao mesmo tempo, a URAP, dinamizou a investigação em torno da história do Forte enquanto prisão política, procedendo ao levantamento de todos os presos que por ali passaram.

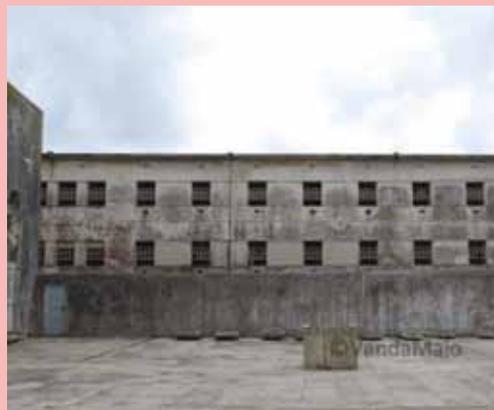
A Fortaleza de Peniche passou a prisão política em 1934 e assim se manteve até à Revolução de Abril. Ao longo destas quatro décadas, por ali passaram 2487 antifascistas, contabilizando milhares de anos de prisão, inenarráveis sofrimentos e, também, múltiplos episódios de heroísmo e firmeza. Destes destacam-se as corajosas e audaciosas fugas protagonizadas pelos presos, que iludindo a apertada vigilância a que estavam submetidos, encontraram forma de regressar de corpo inteiro à luta

pela libertação do seu povo. A fuga colectiva de 3 de Janeiro de 1960, que devolveu à liberdade Álvaro Cunhal e mais nove dirigentes e militantes do PCP, ocupa um lugar cimeiro na história das fugas das prisões do fascismo. Mas esteve longe, muito longe, de ser a única.



ORÇAMENTO CONSAGRA INTERVENÇÃO

«Durante o ano de 2017, o Governo elabora e concretiza um plano intervenção urgente na Fortaleza de Peniche, que detenha a degradação do complexo da Fortaleza, nomeadamente, das muralhas e dos edifícios da antiga prisão política de alta segurança.» É este o texto do aditamento ao Orçamento do Estado, proposto pelos deputados do PCP Paulo Sá, Miguel Tiago e Ana Mesquita, e aprovado na especialidade. O parlamentares justificam a medida com a «importância histórica do Forte de Peniche na resistência e luta contra o fascismo, pela liberdade e a democracia em Portugal e tendo em conta a grave degradação de vários elementos do complexo, nomeadamente das muralhas e dos edifícios da antiga prisão política de alta segurança ali instalada pelo regime fascista».



DEMOCRACIA À LA TURCA

Por iniciativa conjunta da Associação Internacional de Juristas Democratas (AIJD) e da Associação Portuguesa de Juristas Democratas (APJD) realizou-se em Lisboa, nas instalações da Faculdade de Direito, entre os dias 10 e 12 de Novembro de 2016, uma conferência internacional para celebração do 50.º aniversário dos Pactos Internacionais das Nações Unidas sobre os direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais e do 70.º aniversário da AIJD.

Com a participação de juristas especialmente empenhados na defesa dos direitos humanos, oriundos de países da Europa, África, América e Ásia, assim como de organizações sociais, sindicais e culturais portuguesas, dos trabalhos da conferência resultou um amplo levantamento da situação actual dos direitos humanos, um pouco por todo o Mundo, concluindo-se, inevitavelmente, pela necessidade premente da denúncia dos atropelos a que são sujeitos e pela luta persistente para a sua defesa.

Entre os testemunhos recebidos contou-se o da delegação de juristas da Turquia que referiu, designadamente, a situação em que se encontra a população curda desse país. Dos trabalhos da conferência saiu uma declaração final, com a relevância de a AIJD ser uma organização não governamental de juristas progressistas de todo o Mundo, com estatuto consultivo junto do Conselho Económico e Social das Nações Unidas.

DE LISBOA PARA A PRISÃO, COM CORAGEM

No decurso da Conferência foi esta informada de que no dia 11 tinham sido encerradas pelo Ministério do Interior turco, com base na lei de excepção de Julho de 2016, e proibidas durante três meses de exercer qualquer actividade, a Associação dos Juristas Progressistas Turcos (CDH), membro da AIJD, e a Associação dos Advogados para a Liberdade (ÖHD), ambas filiadas na Association Européenne des Juristes pour la Démocratie et les Droits de l'Homme (EJDH). A proibição foi justificada pelo ministério do interior com a alegada ameaça que constituiriam essas Associações para a «esperança nacional».

A Associação dos Juristas Progressistas Turcos conta com mais de 3.000 membros, em onze localidades do país, e conduz actualmente uma campanha contra a tortura na Turquia, prática desumana que aumentou significativamente desde o falhado golpe de estado em 15 de Julho e desde a intensificação da guerra contra o movimento autonomista curdo.

Os juristas reunidos na Conferência de Lisboa, afirmando-se defensores dos direitos humanos, protestaram junto do Governo Turco contra o arbítrio e a prepotência de mais esta sua actuação, exigindo o fim do estado de excepção que constitui pretexto para a violação dos direitos fundamentais dos cidadãos e das suas associações.

No mesmo sentido foi apresentado um protesto na Embaixada da Turquia em Lisboa.

A delegação de juristas turcos foi detida pelas autoridades no seu regresso de Lisboa.



URAP PRESENTE NO XVII CONGRESSO DA FIR REFORÇAR A RESISTÊNCIA ANTIFASCISTA

A URAP participou, nos dias 18 e 19 de Novembro, no XVII Congresso da Federação Internacional dos Resistentes – Associação Antifascista, que decorreu na capital da República Checa, Praga. A URAP fez-se representar pela coordenadora do Conselho Directivo, Marília Villaverde Cabral.



O congresso foi dirigido pelo secretário-geral da FIR, Ulrich Schneider. Coube ao presidente, Vilmos Hanti, fazer a primeira intervenção, perante 51 delegados e cem convidados, na qual destacou o problema dos refugiados, a ascensão da extrema-direita e o perigo do fascismo. A nível interno da organização, Vilmos Hanti identificou as principais questões que a federação e as suas associadas enfrentam, nomeadamente, como chegar aos mais jovens, como não deixar morrer a memória, como pôr os avanços da comunicação ao dispor da repositição da verdade histórica.

Todos os oradores – oriundos de Portugal, da Rússia, República Checa, Grécia, Hungria, França, Itália, Bélgica, Eslováquia, Áustria, Alemanha, Bulgária, Holanda, Ucrânia e Sérvia – relataram a situação dos seus países, a actividade levada a cabo nos últimos três anos, assim como as perspectivas de actividades futuras. Comum a todos eles encontra-se a falta de apoios humanos,

as dificuldades levantadas pelos vários governos às associações e a contínua tentativa de falsificar a memória histórica antifascista.

Ao mesmo tempo, todas as associações que acolheram a tocha da FIR nos seus países receberam um certificado de reconhecimento pela sua participação nesta iniciativa a favor da paz. O XVII Congresso aprovou uma declaração política (ver caixa), na qual se salienta que o antifascismo é mais relevante do que nunca; que é necessário travar o populismo de direita e o neofascismo; eliminar a ameaça de guerra para proteger a paz; preservar as memórias contra o revisionismo histórico; e unir as forças antifascistas, ganhando também as novas gerações.

Os participantes aprovaram ainda uma carta ao Parlamento Europeu, apelando para que seja dado o direito aos milhares de veteranos de guerra búlgaros o estatuto oficial de veteranos. Procedeu-se igualmente à eleição dos corpos sociais da FIR, mantendo-se Vilmos Hanti como presidente da organização.

Durante a cerimónia de abertura, realizou-se a entrega do prémio «Michel Vanderborght 2016» a Jean Cardoen, da Bélgica; Václav Pavlicek, da República Checa; Thomas Altmeyer, da Alemanha; Georgi Moraitis, da Grécia; Klubrádió-Arató András e Népszava-Németh Péter, da Hungria; Zvi Kan-Tor, de Israel; Marco de Paolis, da Itália; Max van den Berg, da Holanda; Alexej Petrovich Maresjev (a título póstumo), da Rússia. O «Prémio Michel Vanderborght», da FIR, foi criado em homenagem ao notável resistente belga com o mesmo nome, que foi presidente da FIR de 2003 até à sua morte em 2010.

MARÍLIA VILLAVERDE CABRAL COMPROMISSO COM A LIBERDADE

No Congresso, a representante da URAP alertou para a «situação do Médio Oriente, como na Síria, na Líbia, no Iraque, no Iémen, a ocupação da Palestina, a ofensiva desestabilizadora na América Latina, como no Brasil, Venezuela, o bloqueio a Cuba, a fascização da Ucrânia».

Mas, em sua opinião, «também a União Europeia conheceu novos desenvolvimentos que a colocam abertamente em questão: para além da incapacidade de sair da estagnação económica, são visíveis as cada vez maiores contradições internas, cujo referendo no Reino Unido pôs ainda mais em evidência». Quanto ao «drama dos refugiados», a coordenadora da URAP considerou «flagrante a falta de resposta que vá de encontro à urgência de medidas de assistência dignas que contrariem as terríveis e desumanas condições em que estão centenas de milhares de pessoas».

Falando sobre a actividade da URAP, Marília Villaverde Cabral destacou as comemorações dos 70 anos do fim da II Guerra Mundial em que, com a Tocha da FIR, «percorremos todo o País». A participação de jovens portugueses no Comboio dos 1000, a homenagem anual ao mausoléu dos democratas assassinados no Campo de Concentração do Tarrafal, sessões nas escolas, pelo 25 de Abril, com ex-presos políticos, bem como visitas

ao Forte de Peniche, prisão fascista de alta segurança, e a polémica sobre a sua concessão à iniciativa privada foram outros temas abordados na sua intervenção, para além de referências ao projecto museológico para a antiga cadeia do Porto (sede da PIDE), a deslocação a Angra do Heroísmo, nos Açores, e a realização de uma iniciativa sobre a Guerra Civil de Espanha.

«A URAP está convicta que hoje, por mais intranponíveis que possam parecer as dificuldades, os exemplos da nossa luta, ao longo da História e no presente, mostram que, mesmo que leve tempo, o futuro pertence não aos que oprimem e exploram, mas aos que resistem e lutam em prol da emancipação da Humanidade», disse, para terminar.



DECLARAÇÃO DO CONGRESSO

Preservar, com as novas gerações, o legado dos combatentes e perseguidos e lutar pela democracia, humanismo, justiça social e «um novo mundo de paz e liberdade» é a tarefa principal a que se propõem as organizações participantes no XVII Congresso da Federação Internacional dos Resistentes. Na Declaração aprovada, as organizações membro da FIR constataam que nos tempos actuais é cada vez mais necessário lembrar o fascismo, atendendo ao ressurgimento em muitos países europeus de forças da extrema-direita, de neo-fascistas violentos ou de grupos populistas de direita.

O documento alerta igualmente para os conflitos existentes em várias partes do mundo, que originaram um enorme fluxo de refugiados, e para a resposta de muitos países europeus que, em vez de manifestarem uma solidariedade inequívoca pelas vítimas, respondem com a exigência de autoritarismo, intolerância e chauvinismo nacionalista.

«Defendemos que as Nações Unidas apoiem métodos pacíficos para chegar a acordos, como por exemplo no Afeganistão, Iraque, Síria ou Ucrânia», lê-se na Declaração, que destaca também os ataques terroristas e chama a atenção para a resposta que as autoridades têm dado e que pode pôr em risco a própria democracia.

A preservação da memória histórica, sem que seja adulterada, dos tempos do nazi-fascismo e a passagem de testemunho dela às gerações mais novas, é um ponto fundamental na Declaração Política da FIR, que defende a sua abertura a um grande número de antifascistas de qualquer credo ou orientação política «para um desenvolvimento socialmente justo, pacífico e democrático em todo o mundo».

VISITA A LÍDICE, VILA MÁRTIR

À margem do Congresso, a organização anfitriã organizou uma visita a Lídice, cidade completamente destruída, tendo sido a grande maioria de seus habitantes assassinados pelas forças nazis de Hitler como forma de represália pela morte de Reinhard Heydrich, a segunda maior autoridade nas SS, numa acção da resistência checa.

Seguiu-se uma retaliação sangrenta e generalizada das tropas nazis contra a população civil checa: em 10 de Junho, a pequena vila de Lídice, uma comunidade dedicada à mineração, perto da capital, foi cercada por tropas nazis. Todos os habitantes homens com mais

de 15 anos foram separados das mulheres e crianças, colocados num celeiro e fuzilados em pequenos grupos no dia seguinte. No total, mais de 340 pessoas foram assassinadas.

Apesar de totalmente apagada do mapa, Lídice foi novamente reconstruída e ampliada em 1949, a 700 metros do local onde se erguia a vila destruída pelos nazis, no qual existe um memorial, onde arde uma chama eterna, oficialmente denominado como monumento nacional pelo governo checo. Os dirigentes da FIR em homenagem à memória das vítimas colocaram uma coroa de flores no monumento dedicado às crianças de Lídice.



DEBATES E SESSÕES APRENDER E DIVULGAR

A URAP e o Museu do Aljube estão a realizar um conjunto de debates sobre diversas questões relacionadas com a memória da resistência ao fascismo e da luta pela liberdade em Portugal. No dia 16 de Novembro, teve lugar uma mesa redonda, moderada por Ana Aranha, que teve a participação de três fundadores da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (CNSPP): Levy Baptista, Manuela Bernardino e Frei Bento Domingues.

Criada oficialmente em 31 de Dezembro de 1969, a CNSPP desempenhou um papel fundamental na luta contra a ditadura, no apoio aos presos políticos e às suas famílias e na denúncia da repressão e das medidas criminosas a que os presos eram submetidos.

Na apresentação da sessão, entrevistaram o director do Museu do Aljube, Luís Farinha, e a coordenadora da URAP, Marília Villaverde Cabral, que referiu ser a URAP a continuadora da CNSPP no Portugal democrático.

Dias antes, a 11, teve lugar uma sessão de apresentação do livro *Vidas na Clandestinidade*, da autoria da investigadora Cristina Nogueira. O livro foi apresentado pela autora e pela antropóloga Paula Godinho. Cristina Nogueira destacou alguns aspectos das histórias de vida na clandestinidade e na prisão e

a importância de dar a conhecer os testemunhos das vítimas do fascismo. Alguns dos presentes, de uma muito interessada assistência, deram também o seu contributo com apontamentos de histórias de vidas clandestinas.

Para o dia 13 de Dezembro, já após o fecho desta edição, estava marcada uma sessão sobre o livro *Angola, os Anos Dourados do Colonialismo. A insurreição*, de Mário Moutinho de Pádua.

Para dia 10, na Biblioteca-Museu República e Resistência, estava agendada uma iniciativa pública sobre a Guerra Civil de Espanha, com a participação de Marília Villaverde Cabral e José Viale Moutinho, o cantautor Samuel e a poesia na voz de Luísa Ortigoso e Débora Santos. Na próxima edição, voltaremos a estas duas iniciativas.



REFORÇO FINANCEIRO DA URAP GENEROSIDADE E CONVICÇÕES

Durante o ano de 2016, a União de Resistentes Antifascistas Portugueses tem desenvolvido múltiplas iniciativas, às quais naturalmente corresponde uma exigência do seu reforço financeiro. Assim, a URAP apela a todos os seus associados e amigos para que contribuam dentro das suas possibilidades.

Aos sócios, relembra-se a regularização da sua quotização nos seus respectivos núcleos ou na sede Central. Quem o preferir, pode fazê-lo através do NIB 0007.0021.0014.3750.0065.3.

Aos amigos, apela-se também à sua generosidade e convicções antifascistas. A luta constante da URAP precisa do vosso apoio financeiro.

Juntos por todos.

Juntos porque é na força de mais de 600 mil portugueses que nos protegemos, encontramos soluções e chegamos mais longe.

Juntos por um, juntos por todos.

Montepio Geral Associação Mutualista - IPSS - DGSS nº 3/81 - NIPC 500766681
Sede: Rua Aúrea, 219 a 241, 1100-062 Lisboa - Apartado 22882 E.C. Socorro Lisboa, 1147-501 Lisboa


Associação
Mutualista
Montepio

Juntos por todos

WWW.URAP.PT

www.facebook.com/uniaoderesistentesantifascistasportugueses